



BOLETIM

tributário

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

DIRECTOR: Feliciano Lecuane

EDIÇÃO Nº 98

JANEIRO - 2016



“Alfândega Digital: Envolvimento Progressivo”

Ponta d'Ouro passará a ser
Delegação Aduaneira
Pg. 8

PRM dá nota positiva à Operação
“Boa Viagem”
Pg. 10

Saiba mais sobre a Central
de Atendimento da AT
Pg. 20



A NOSSA MISSÃO

Arrecadar receitas do Estado e facilitar o comércio legítimo, com vista à promoção e desenvolvimento económico e social sustentáveis do País

Tornarmo-nos referência a nível nacional e internacional na prestação de serviços tributários e de controlo aduaneiro de excelência.

A NOSSA VISÃO

OS NOSSOS VALORES

Modernidade, equidade, integridade, transparência, cortesia, dedicação e competência profissional.



d

Diário de Moçambique (Jornal), 28 de Janeiro

Rifa IVA

para que todos paguem impostos no país, a Autoridade Tributária de Moçambique, vai introduzir a "RIFA IVA".

m

Matinal (Jornal), 18 de Janeiro

Cadastro de 660 mil contribuintes

No âmbito da Educação Fiscal e Popularização do Imposto- Autoridade Tributária de Moçambique, vai cadastrar este ano 660mil contribuintes na atribuição do NUIT.

n

Notícias (Jornal), 09 de Janeiro

Tributação do IVA

A Autoridade Tributária de Moçambique continua a ponderar os possíveis impactos da introdução de obrigatoriedade do uso de máquinas fiscais electrónicas no país.

v

Vertical (Jornal), 18 de Janeiro

2015: Autoridade Tributária arrecadou de receita cerca de 159.805.022,25 mil meticais

"A receita global arrecadada pela Autoridade Tributária de Moçambique(AT), de 1 e Janeiro até ao 31 de Dezembro de 2015, foi de 159.805.022,25 mil meticais, o que corresponde a 99,44% de realização", conforme revelou em conferência de imprensa, Haydn Castelo David, porta-voz da AT.

Alfândega digital é realidade em Moçambique

Tem sido apanágio da Organização Mundial das Alfândegas promover, no Dia Internacional das Alfândegas, celebrado a 26 de Janeiro de cada ano, diversas actividades, entre elas palestras de reflexão em torno de assuntos de interesse comum das Administrações Aduaneiras membros deste organismo.

O tema escolhido para o presente ano "Alfândega Digital" e o lema "Envolvimento Progressivo" estão alinhados com a era digital que caracteriza o mundo contemporâneo, marcada por avanços tecnológicos significativos e emprego de ferramentas modernas, as quais respondem de forma mais eficiente aos mais variados processos económicos. De facto, a aposta em meios tecnológicos modernos irá transformar a maneira como as Alfândegas, agentes económicos e demais intervenientes no comércio externo operam, elevando a capacidade de troca de informações e da coordenação das actividades.

É neste sentido que Moçambique introduziu, em 2011, a Janela Única Electrónica, um sistema electrónico de gestão dos processos relativos ao desembaraço aduaneiro de mercadorias, que tem permitido a redução do tempo e custo da realização de uma operação de desembaraço.

Um outra ferramenta tecnológica que o país adoptou é o scanner, que permite realizar a inspecção não intrusiva de bens, meios de transporte, bagagens e pessoas, através da visualização e detecção electrónica. Este equipamento, usado nos principais pontos de entrada e saída de bens e mercadorias, constitui uma medida de fortalecimento da segurança e facilitação do comércio, com ênfase na gestão de risco.

Desta forma, o nosso país tem vindo a dar passos coerentes com a necessidade de implementar sistemas electrónicos visando a facilitação do comércio legítimo e a melhoria do ambiente de negócios.

O Director

Feliciano Lecuane



“Alfândega Digital: Envolvimento Progressivo”

Por: Vicente Mcavala

Comemorou-se, no passado dia 26 do corrente mês, mais um aniversário da OMA-Organização Mundial das Alfândegas. O tema escolhido para as celebrações do presente ano foi “Alfândega Digital”, sob o lema “Envolvimento Progresso”.

A cidade de Nacala-Porto foi o local escolhido para acolher as cerimónias centrais da efeméride, as quais foram dirigidas pela Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique,

Amélia Nakhare, e contaram com a presença de Agentes Económicos, Despachantes Aduaneiros, Agentes de Navegação, Governo Distrital, Conselho Municipal, entre outros convidados.

Para além das actividades desportivas e recreativas que antecederam a data, o dia 26 de Janeiro foi marcado pela realização de uma marcha ao longo da Av. Principal de Nacala-Porto, que desaguou no recinto do Porto,

onde houve uma demonstração da marcha Ordem Unida, seguindo-se a parada paramilitar dirigida pela Presidente da AT. As celebrações tiveram o seu ponto mais alto com a palestra sobre o tema do dia, proferida pelo Director da Alfândega de Nacala, Jerónimo Plácido Lopes, com a moderação do Director Geral Adjunto das Alfândegas para as Operações, Ambrósio Orrubale.

Falando na abertura da cerimónia, a



Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique disse que, com a escolha do tema “Alfândega Digital” e lema “Envolvimento Progresso”, a Organização Mundial das Alfândegas pretende enfatizar a necessidade de uma maior cooperação no ramo do desenvolvimento tecnológico, bem como incentivar as administrações aduaneiras a promoverem a inovação tecnológica. Referiu ainda que o tema reporta-se à utilização pelas Alfândegas, de sistemas ou actividades automatizadas que contribuam para uma maior coordenação e eficácia das operações aduaneiras.

Num outro desenvolvimento a Governante máxima da AT disse que no concernente à implementação da

Alfândega Digital em Moçambique, destaca-se a implementação da Janela Única Electrónica (JUE), em 2011, que após cinco anos da sua operacionalização, constitui referência no tocante à adopção de tecnologias de informação e comunicação para a gestão dos processos relativos ao desembaraço aduaneiro de mercadorias, facilitação do comércio e melhoria do ambiente de negócios em Moçambique. Frisou ainda que, actualmente, o sistema da JUE oferece 99,99% da sua disponibilidade em termos de serviços para cerca de 2.000 utilizadores registados, em nome de diferentes entidades públicas e privadas.

Os Agentes Económicos e

os Despachantes Aduaneiros felicitaram a Autoridade Tributária de Moçambique, primeiro pela passagem de mais um aniversário da Organização Mundial das Alfândegas, da qual Moçambique faz parte, e, segundo, pela implementação da Janela Única Electrónica (JUE) em Moçambique, que veio a dinamizar, de forma substancial, o processo de desembaraço aduaneiro reduzindo o tempo e o uso do papel.

Por último, houve a entrega de Certificados de Mérito aos Agentes Económicos e parceiros da AT, que desempenharam um papel preponderante no comércio internacional durante o ano de 2015, ao nível da Região Norte.

Em Maputo...

Por: Bernardino Manhaussane

Em Maputo, a festividade, que decorreu no Município da Matola, iniciou com uma marcha da força alfandegária, acompanhada por uma banda da Polícia da República de Moçambique, tendo percorrido algumas artérias daquele município.

O Director Geral Adjunto das Alfândegas, Ali Malá, a quem coube declarar aberta a cerimónia do Dia Internacional das Alfândegas, considera que as tecnologias de informação e comunicação constituem o suporte da implementação do projecto "Alfândega Digital", pois garantem a aproximação entre a administração aduaneira e os intervenientes no comércio internacional nomeadamente os Despachantes Aduaneiros, Bancos Comerciais, Bancos Centrais, Agentes de Navegação, Operadores Portuários e Agentes Transitários. Malá referiu, ainda, que no caso particular do nosso país, o projecto da Janela Única Electrónica (JUE),

em curso, enquadra-se nesta iniciativa de fórum mundial, visando a utilização de um sistema de troca de informações por via electrónica, com vista à promoção da transparência, eficiência e eficácia necessárias.

Durante o evento, a Gestora da Janela Única Electrónica, Esmeralda Machele proferiu uma palestra em torno do lema "Alfândega Digital: Envolvimento Progressivo", através da qual deu a conhecer os objectivos da implementação dos sistemas e procedimentos modernos, para além dos desafios existentes.

O evento serviu, igualmente, para homenagear, com certificados de mérito da OMA, alguns funcionários da instituição e agentes económicos que se distinguiram durante o ano transacto.

Recorde-se que a OMA é um organismo intergovernamental independente, estabelecido em 1952 pela Convenção que cria o Conselho

de Cooperação Aduaneira (CCA) e tem como objectivos principais, desenvolver a cooperação técnica entre as administrações aduaneiras dos países membros e promover normas internacionais, visando a harmonização e simplificação de procedimentos aduaneiros, com vista à facilitação do comércio internacional. **BT**



Presidium, destacando-se o Director Geral Adjunto das Alfândegas, Aly Mallá, o segundo da direita à esquerda



Esmeralda Machele
Gestora da Janela Única Electrónica





Mensagem da Organização Mundial das Alfândegas Dia Mundial das Alfândegas 2016

Este ano, o Dia Mundial das Alfândegas marca o lançamento do Ano da OMA dedicado às Alfândegas Digitais, ano em que as administrações aduaneiras são encorajadas a promover o modo de tirarem o maior partido das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), a fim de garantirem a melhor cobrança dos direitos aduaneiros, de assegurarem o controlo da circulação das mercadorias, das pessoas, meios de transporte e capitais, e de protegerem o comércio transfronteiriço da criminalidade, incluindo o terrorismo que continua a atingir as populações em todo o globo.

Hoje, a tecnologia da informação e da comunicação está simplesmente presente em todo o ambiente circundante ao trabalho aduaneiro. Desde a utilização das TIC nos serviços em geral, e da internet para publicação e divulgação da informação, ao recurso a sistemas eletrónicos de desalfandegamento para processar as declarações aduaneiras, para assegurar a gestão de risco, para validar e processar a informação até aos procedimentos inerentes à decisão final, as TIC têm transformado o modo como as Alfândegas e os governos funcionam.

Ao concentrarmo-nos este ano nas Alfândegas Digitais, tendo por lema as “Alfândegas Digitais: Um Compromisso Progressivo”, nós damos um sinal claro, enquanto comunidade aduaneira: o da nossa aspiração a continuar a desenvolver soluções e serviços informáticos, a fim de facilitar a vida dos operadores comerciais, de outros serviços governamentais presentes nas fronteiras e dos funcionários aduaneiros; o de continuar a adotar as tecnologias que nos permitam alargar o nosso elenco de competências, designadamente no que concerne ao grande volume de dados, telemática e nuvem informática, a aumentar a nossa produtividade e a reinventar cada vez com mais criatividade a maneira como trabalhamos.

Para apoiar os seus membros nestes esforços, a OMA implementou numerosos instrumentos, ferramentas e aplicações. Ela empreendeu recentemente um exercício de levantamento a fim de fazer uma ideia mais precisa desses instrumentos e de como estão a ser empregues. Este levantamento decorre em paralelo com o trabalho realizado pela OMA <Guia de TI para os quadros superiores> , trabalho elaborado à maneira de um pequeno manual que visa abordar de uma forma sucinta os aspetos-chave a ter em conta quando do desenvolvimento e implementação das soluções TIC, e especialmente dirigido aos quadros superiores das administrações aduaneiras, assim como a funcionários diretamente responsáveis pelos projetos TIC.

O cenário tecnológico está em rápida mudança, e algumas tendências-chave vão emergindo, tais como a informática em nuvem, tecnologias móveis, os métodos de análise aprofundada e a gestão da informação. Cada uma destas tecnologias tem um impacto diferente no papel das Alfândegas e oferece numerosas oportunidades para prosseguir os esforços de conectividade entre administrações aduaneiras e operadores comerciais, bem como outras autoridades presentes nas fronteiras, a fim de aumentar a produtividade, e de reforçar o crescimento económico.

Nos próximos meses, uma grande parte do nosso trabalho consistirá em acompanhar e divulgar as melhores práticas em domínios tão diversos, que vão desde a gestão da mudança, políticas de recursos humanos ou ainda gestão da informação. Portanto, convido todos os Membros da OMA a, durante o ano de 2016, partilharem as suas experiências quanto à maneira como se adaptam ao ambiente eletrónico, à forma como tiram partido do potencial das TI, e como estão a implementar e a usar as tecnologias digitais a fim de atingirem os seus objetivos e de responder às expectativas dos operadores comerciais, dos atores do setor dos transportes, da logística e dos governos.

Desejo a todos um Dia Mundial das Alfândegas cheio de sucesso!

Kunio Mikuriya

Secretário Geral



Com o projecto da estrada que liga Maputo à Ponta d'Ouro

Posto Fiscal de Ponta d'Ouro passará à Delegação Aduaneira

Por: Bernardino Manhaussane

No âmbito do projecto de construção da ponte Maputo-Catembe e das respectivas estradas de interligação, como é o caso de Catembe-Ponta D'Ouro, a Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Nakhare, e sua comitiva realizaram, no sábado passado, uma visita de trabalho ao Posto Fiscal de Ponta D'Ouro, tendo em vista avaliar o projecto de redimensionamento daquela infra-estrutura.

É que com a asfaltagem da rodovia Catembe-Ponta D'Ouro, cuja conclusão está prevista para finais

de 2016, espera-se um maior fluxo migratório e comercial naquele posto fronteiriço. Espera-se, ainda, que grande parte do tráfego de pessoas e mercadorias vindas da província sul africana de Kwazulu Natal, que normalmente recorrem às fronteiras de Namaacha e Goba, possam optar pelo posto fronteiriço de Ponta D'Ouro, o qual representa uma redução da distância entre Maputo e Durban, capital de Kwazulu Natal, em mais de 100 quilómetros, comparativamente à Goba e Namaacha. Com efeito, a AT tenciona elevar o Posto Fiscal

da Ponta D'Ouro à categoria de Delegação Aduaneira de Nível A, com vista a adequar as operações de desembarço migratório e aduaneiro de pessoas, bens e mercadorias ao elevado volume de tráfego turístico e comercial que se prevê, como resultado da implementação do projecto de construção da estrada Catembe-Ponta D'Ouro. Assim sendo, este posto passará a contar com uma fronteira turística e uma fronteira comercial.

Amélia Nakhare considera que o projecto da estrada que liga Maputo



à Ponta D'Ouro vai trazer um grande boom económico à Ponta D'Ouro, pelo que é necessário requalificar esta fronteira. Justificando a razão daquela visita, a Presidente da AT referiu que o objectivo era de avaliar até onde vai a estrada e o projecto que deverá ser acrescido ao projecto original. "A primeira projecção da estrada não chega à fronteira. Estamos em articulação com a

empresa concessionária, Maputo Sul, EP, para que se enquadre esta componente adicional", disse.

A Presidente da AT referiu, ainda, que, para o sucesso do projecto, é necessário que se faça uma negociação com a África do Sul, visto que do lado sul africano a componente aduaneira ainda é fraca. "Não temos lá o registo

sequer de um posto fiscal. Para que haja maior aderência em termos de contribuintes provenientes da África do Sul é necessário que tenhamos a contraparte", avançou Nakhare. **BT**





Na cerimónia de encerramento

Comando Geral da PRM dá nota positiva à Operação “Boa Viagem”

Por: Bernardino Manhaussane

O Comandante do ramo da Ordem e Segurança Pública, General Xavier Tocolé, considera que foram logrados os objectivos que nortearam a realização da operação **“Boa Viagem 2015/2016”**, uma operação conjunta, que decorreu de 10 de Dezembro a 9 de Janeiro corrente, a nível nacional, envolvendo todas as Forças de Defesa e Segurança,

nomeadamente, PRM, Alfândegas, INATTER, Corpo de Salvação Pública e outras instituições, tendo em vista flexibilizar a circulação de pessoas e bens durante a quadra festiva do Natal e fim do ano, com maior enfoque para as fronteiras.

Tocolé, a quem coube, em nome do Comandante Geral da Polícia da República de Moçambique, dar por

encerrada a operação, avançou que, contrariamente aos anos transactos, as enchentes junto dos balcões de atendimento foram reduzidas devido à acção das equipas conjuntas criadas, o que resultou na redução do tempo de permanência dos utentes junto dos postos de travessia. Com efeito, *“é legítimo reconhecer o profissionalismo e*



Guilherme Mambo
Director Geral das Alfândegas



Jorge Kalau
Comandante Geral da PRM



Arsénia Massingue
Directora Geral do Serv. Nac. de Migração

a entrega abnegada de todos os intervenientes nesta operação. Mas também reconhecemos a paciência, a urbanidade e a compreensão dos viajantes nacionais e estrangeiros”, disse Tocolé.

Segundo o Director Regional Sul Adjunto da Autoridade Tributária de Moçambique, Anastácio Magombe, que falava em representação do Director Geral das Alfândegas, a interacção com a contraparte sul africana foi muito valiosa porquanto

permitiu mitigar alguns problemas que iam surgindo. “Desta feita, assumimos o compromisso de, nas próximas missões, continuarmos a fazer tudo de melhor para bem servir a nossa pátria”, rematou.

Dados colhidos no local indicam que durante a operação, registou-se a nível nacional a entrada e saída de 716.025 pessoas, onde 378.828 foram entradas (227.221 nacionais e 151.607 estrangeiros) e 337.197 saídas (208.046 nacionais

e 129.151 estrangeiros). No que tange a movimentos de viaturas foi registado a entrada e saída de 158.699 viaturas, onde 91.684 foram entradas e 67.015 foram saídas.

De salientar que a fronteira de Ressano Garcia movimentou mais de 62,5% do fluxo migratório de pessoas comparativamente ao fluxo nacional e 63% em relação ao fluxo migratório de viaturas comparativamente ao fluxo nacional.



Porquê da Operação Conjunta?

Todos os anos, nos meses de Dezembro e Janeiro, bem como durante a Páscoa, as Forças de Defesa e Segurança são chamadas a multiplicar esforços para responder a grande pressão do movimento fronteiriço de pessoas, bens e meios circulantes.

São moçambicanos que trabalham nas minas da vizinha República Sul Africana e que voltam para passar as festas com as suas famílias, turistas

que vem desfrutar das belas praias desta pérola do Índico e turistas nacionais que vão passar as suas férias nos países vizinhos.

Para o efeito, foi esboçado o Plano Conjunto Operacional entre a Polícia da República de Moçambique, Instituto Nacional dos Transportes Terrestres-INATTER, Alfândegas de Moçambique e a Direcção Nacional de Migração. Dentre vários objectivos da operação conjunta, destacam-se os seguintes:

garantir a Ordem e Segurança Públicas em todo território nacional, com incidência nos locais de maior aglomeração de pessoas; assegurar o controlo em toda linha de fronteira e nas principais vias susceptíveis de contrabando e imigração ilegal; reduzir o tempo de desembarço no atendimento de pessoas e mercadorias e; reduzir as paragens contínuas de fiscalização aduaneira e rodoviária, aumentando os níveis de controlo.



Durante a operação “Boa Viagem”, a nível das Alfândegas de Moçambique, foram ajustados os preços de referência dos produtos básicos e essenciais para a quadra festiva. Foram igualmente simplificados os procedimentos para o desembaraço aduaneiro, entre outras medidas tendentes a proporcionar aos moçambicanos uma quadra festiva condigna.

O SENAMI (Serviço Nacional de

Migração) reforçou os seus postos, um pouco por todo o país, para o atendimento condigno e célere dos cidadãos nacionais e estrangeiros que visitaram ou que saíram do nosso país.

Foram realizadas rusgas selectivas “Auto-Stop” e o patrulhamento nas principais vias de acesso aos centros urbanos, turísticos e principais rodovias do país.

Foram realizados “Road Block”

complexos, envolvendo as várias especialidades da PRM e outros organismos do Estado, tais como INATTER, ANE, Alfândegas, Polícia Municipal, Fiscais de Floresta e Fauna Bravia. **BT**



Balanço da receita 2006-2015

Por: Edna Simão

Dados colhidos na Direcção de Previsão e Análise da Receita da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) indicam que a receita planificada para o ano de 2015 situou-se em 99,44 %. Nos anos anteriores, a AT por norma, tem alcançado a meta prevista, mas no ano em causa, houveram vários factores que contribuíram negativamente para o

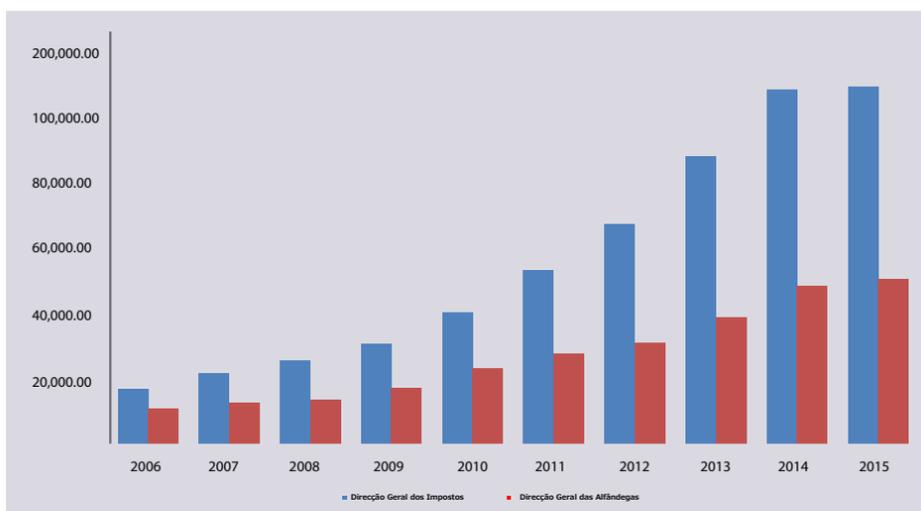
incumprimento, dos quais destacam-se a tardia aprovação do orçamento geral do estado, fenómenos naturais (cheias), a situação política, o impacto da taxa de câmbio, particularmente da apreciação do dólar em relação ao metical.

Portanto, é de louvar o grande esforço empreendido por todos

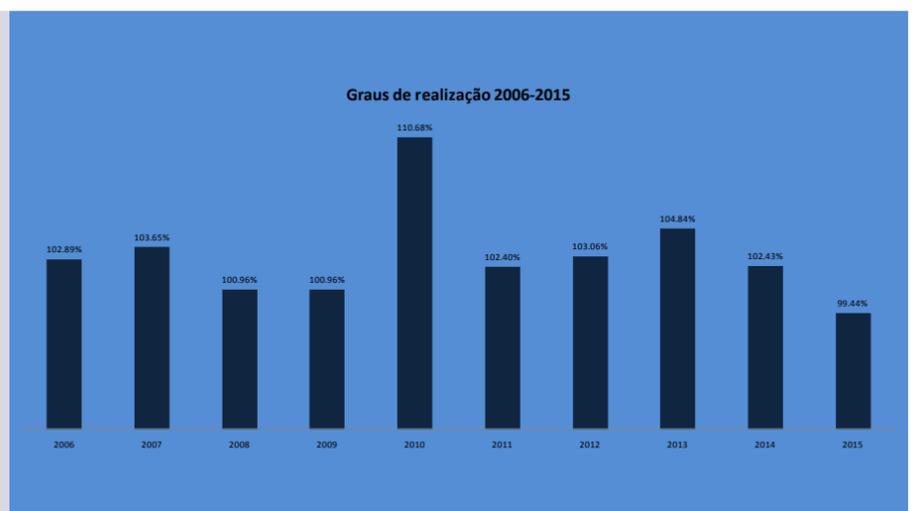
os funcionários da AT, que, num ambiente económico conturbado, garantiram que estes níveis de receita fossem alcançada.

A seguir, são apresentados gráficos que ilustram a evolução da receita do Estado até o ano de 20

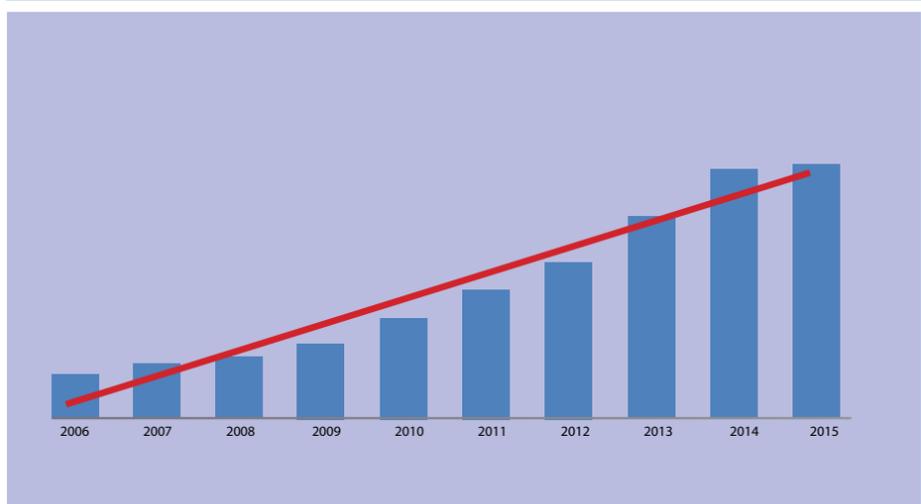
Receitas por área operativa



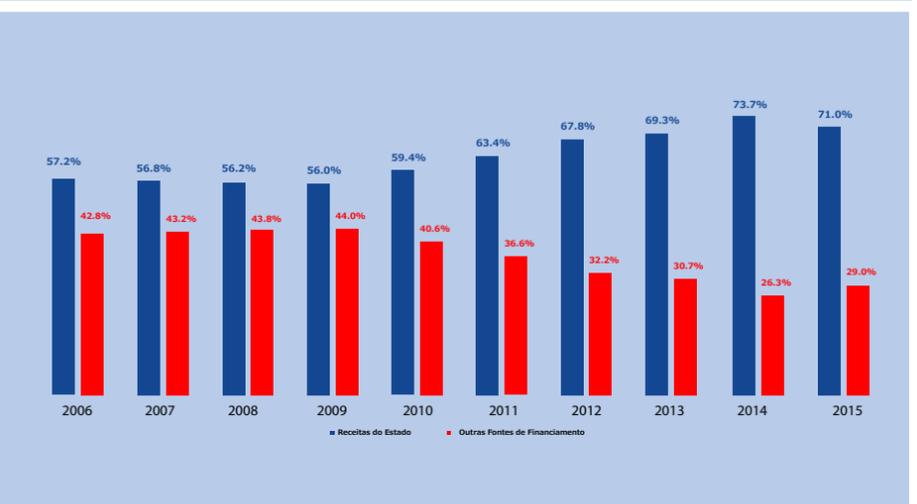
Graus de realização



Total Receitas do Estado



Cobertura Orçamental



Pagar Imposto
é um acto de Cidadania



Princípios éticos do servidor público

Por: Edna Simão

A Assembleia da República, ao abrigo da alínea r) do n.º 2 do artigo 179.º da Constituição, aprovou a Lei n.º 16/2012, denominada, **Lei de Proibição Pública**, com intuito de sistematizar as normas que consagram os deveres, as responsabilidades e as obrigações dos servidores públicos para assegurar a moralidade, a transparência, a imparcialidade e a proibição pública.

O exercício de funções na administração pública exige a proibição e respeito da ética, pelo que, nesta rubrica como forma de dar a conhecer e lembrar aos funcionários da AT sobre o bem fazer, iremos abordar sobre o **artigo n.º 6 - Deveres éticos do servidor público**.

Constituí dever ético, o costume de fazer sempre o bem, onde todos os actos provenientes do servidor público devem concorrer para uma boa prestação de serviços que não interferem e nem prejudicam a instituição e a outrem.

O servidor público, além dos deveres gerais contidos na Constituição, e sem prejuízo do que dispuser a legislação específica, pauta na sua actuação por deveres e princípios éticos, sendo esta a razão que justifica um Código de Ética Profissional para cada profissão, embora, na essência,

existam muitíssimos pontos de absoluta coincidência.

No exercício das tarefas laborais, o funcionário público deve primar pelo princípio da igualdade e não discriminação, tendo em conta que todos os utentes e colegas merecem respeito e consideração, pelo que, a eficiência, legalidade, justiça, objectividade e a responsabilidade devem o conduzir em todos os seus actos.

No geral, todos funcionários afectos a instituição, possuem a obrigação

de zelar e respeitar o património do Estado, protegendo deste modo não só os bens materiais mas, também todos assuntos internos agindo com a maior e completa discrição, tendo conhecimento das proibições e regimes especiais aplicáveis escusando de participar em actos que incorram num conflito de interesse.

Um profissional que desempenha uma função pública deve ser capaz de pensar de forma estratégica, inovar, cooperar, aprender quando necessário, elaborar formas mais eficazes de trabalho. **BT**



José André Cossa
Chefe do TIMAR

TIMAR: funcionamento e desafios

Por: Edna Simão

A equipe do Boletim Tributário deslocou-se ao Terminal Internacional Marítimo (TIMAR) de Maputo, com vista a conhecer de perto o trabalho que esta unidade orgânica da AT tem vindo a desenvolver, cujo impacto na arrecadação de receitas sobre o comércio externo tem sido significativo.

O TIMAR, no âmbito do comércio internacional, tem como função o controlo do processo de entrada e saída de mercadoria, sujeitas à cobrança das devidas imposições aduaneiras, o que concorre para a tarefa principal da AT, que é a colecta de receitas para os cofres do Estado.

Para melhor distribuição de tarefas, este terminal encontra-se dividido em cinco sectores, nomeadamente, Gestão, Verificação, Examinação, Cabotagem e Porta de saída das mercadorias, os quais funcionam com horários distintos, de acordo com a sua especificidade. Daí que o sector da Gestão opera das 07:30 às 17:00, o sector da Verificação opera em regime de turnos, designadamente, das 07:30 às 16:00 e das 10:00 às 19:00, sendo que o sector da Examinação e da Porta operam 24 horas por dia.

O Chefe do TIMAR, Jorge André Cossa, deu-nos a conhecer que no

processo de Desembaraço Aduaneiro este terminal opera com diverso tipo de mercadorias importadas, com destaque para viaturas e carga diversa (como matéria-prima diversa, cimento, clinker, mobiliário, roupa, material de construção, géneros alimentícios, material de higiene e limpeza, etc), e exportadas, destacando-se cabos eléctricos, madeira, castanha de cajú, sucatas, etc. Para além disso, o TIMAR opera, em regime de trânsito, com diversos minérios e viaturas.

Dando explicações acerca do processo de desalfandegamento das mercadorias, Cossa refere que



Pormenor do processo de inspecção não intrusiva (scanner) de mercadorias contentorizadas



Examinação física de mercadorias

o mesmo inicia com a submissão, pelo declarante (Despachante), da declaração na Janela Única Electrónica. “O sistema gere o aviso de pagamento que é levado ao banco para efeitos de pagamento. Uma vez paga a declaração, o sistema roteia-a a um verificador documental, que faz a análise da mesma e se tudo estiver conforme, submete-a ao Terminal Release (DP World). Caso contrário, rejeita-a com um questionário. Do Terminal Release vai ao chek in, onde é feito o scanner (inspecção não intrusiva) e daí vai à examinação física, onde de acordo com o resultado do scanner as taras podem ser abertas ou não. Feito o exame, a declaração segue à porta para saída da mercadoria ou é retornada à verificação se o exame não for satisfatório”, disse.

Questionado acerca dos aspectos que constituem constrangimento ao normal funcionamento do terminal, o

responsável do TIMAR aponta a falta de capacitação dos funcionários, a subfacturação e a classificação pautal errada, como sendo alguns dos desafios enfrentados.

Falando em torno do desempenho do terminal durante o ano de 2015, Cossa começou por dizer que foi um período atípico para a instituição no tocante à arrecadação de receitas, devido a vários factores, com destaque para a depreciação do metical face ao dólar. “Esta situação contribuiu para uma redução de entradas de navios, contentores e viaturas e, conseqüentemente, da matéria colectável”, argumentou. De acordo com a nossa fonte, como forma de reduzir o impacto deste cenário, foram adoptadas várias estratégias, dentre as quais destaca a atribuição de metas individualizadas aos verificadores e examinadores; intensificação do controlo das declarações

submetidas com contramarca fora do prazo; notificação dos despachantes para a regularização de declarações pendentes há mais de 25 dias; levantamento de fecho das contramarcas; notificação dos despachantes para a regularização das saídas antecipadas e por nota de contabilização fora do prazo concedido e; cumprimento rigoroso da tabela de frete em uso.

Como perspectiva para o ano de 2016, tendo em conta que parte dos constrangimentos do ano transacto continuam, o Chefe do TIMAR promete tudo fazer para cumprir com a meta planificada; reduzir os tempos de desembarço; melhorar os valores FOB's declarados no processo de desembarço; motivar os quadros e capacitá-los em determinadas áreas e; promover a ética e integridade institucional. **BT**



Franquias concedidas

São, mensalmente, concedidas franquias fiscais individuais aos bens importados pelos viajantes destinados ao uso pessoal ou familiar do viajante.

Descrição dos produtos	Quantidades aceites
Produtos de Tabaco	200 cigarros/100cigarrilhas/50 charutos/250 gramas de tabaco para fumar
Bebidas alcoólicas	1L de bebidas espirituosas e 2,25 litros de vinho
Perfumes	50ml de perfume ou 250ml de água toucador
Especialidades Farmacêuticas	Quantidades consideradas razoáveis para consumo próprio
Outros artigos	Até ao valor de 200USD (ou equivalente)



Notas

Bagagem pessoal

Compreende os artigos que normalmente leva consigo de casa e de que irá precisar durante a viagem, livros, ferramentas de trabalho, câmaras, etc. Deve-se notar que isto NÃO inclui artigos comprados durante a viagem trazidos por residentes de regresso á Moçambique.

Separado de Bagagem

Considera-se a objectos, artefactos e equipamentos pertencentes ao passageiro que acompanha ou que tenham sido despachados, mas que não se enquadra nas franquias.

Mercadoria Restrita ou Proibida

Inclui narcóticos, armas de fogo ou outras, pornografia, produtos de falsificações, materiais ervanários, carne e derivados de carne.



1266

Central de Atendimento

Com intuito de inteirar-se ainda mais sobre a importância, funcionamento, bem como os desafios que a Central de Atendimento procura trazer como mais valia para Autoridade Tributária de Moçambique, a equipe do GCIM esteve em conversa com a Gestora da Central de Atendimento, dra Neyma Tamimo, em sua sede na Cidade de Maputo. Acompanhe abaixo os principais destaques desta entrevista.

Por: Edna Simão

BT: Quando e em que contexto foi criada a CENTRAL DE ATENDIMENTO (CA)?

CA: O Governo de Moçambique, pretendendo criar o Portal do Contribuinte, apresentou um pedido de financiamento ao Investment Climate Facility for Africa (ICF) para apoio financeiro na Modernização dos Serviços do Contribuinte. O pedido foi aprovado e a implementação do projecto foi subdividido em duas fases, sendo a primeira denominada "Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte - fase 1", que diz respeito ao melhoramento do serviço de atendimento ao cliente através da implementação

de uma central de atendimento (call center) e, a segunda, denominada de "Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte - fase 2" que contempla a implementação de serviços on-line para envio de declarações e pagamentos electrónicos dos impostos.

BT: O que é a CA?

CA: A CA é um serviço criado com a finalidade de receber e enviar um grande volume de pedidos bem como realizar denúncias, o qual já se encontra operacional através do número 1266, proporcionando interacção directa via telefone e email.

BT: Como é que funciona a CA e como os contribuintes podem ter acesso?

CA: A Central funciona no horário normal de expediente (7h30 às 15h30), de segunda à sexta.

Os contribuintes podem submeter as suas solicitações utilizando qualquer um dos seguintes canais disponíveis:

- Telefone (Fixo e Móvel): 1266,
- Fax ,
- e-mail (linhadocontribuinte@at.gov.mz),
- IVR (Interactive Voice Response - Resposta de Voz Interactiva).

BT: Qual é a sua estrutura? Áreas?

CA: O sistema da CA está projectado de modo a facilitar as múltiplas camadas (níveis) de suporte/apoio para um tratamento mais eficiente de chamadas.

O primeiro nível compreende consultas de rotina que são tratadas pelo IVR.

O segundo nível é composto por agentes da Central de Atendimento que são capazes de fornecer suporte de segunda linha aos contribuintes, isto é, responder à questões cuja complexidade não é elevada.

O terceiro nível compreende os casos em que o contribuinte requeira mais assistência ou informação que não pôde ser satisfeita pelos agentes da Central de Atendimento. Neste caso, a solicitação é encaminhada para a área especializada, composta por pessoal operacional das diversas áreas da AT (por ex. Contencioso, Normaçoão) que deverá dar resposta à questão e encaminhar ao agente para actualizar o registo no sistema.

BT: Qual é a importância da CA para a instituição?

CA: A CA constitui o ponto de contacto com a instituição, pois este contacto era apenas realizado presencialmente.

Com a introdução deste serviço pretende-se:

- Melhorar o atendimento ao contribuinte centralizando a entrada de pedidos de apoio e utilizando a flexibilidade de encaminhamento;
- Diminuir o afluxo dos contribuintes às Unidades de Cobrança/BACs que pretendem apenas solicitar esclarecimentos pontuais;

BT: Quais são os vossos desafios?

CA: Os nossos desafios e perspectivas estão relacionadas com:

- Operacionalização do canal sms e chat online;
- Introdução gradual de línguas nacionais;

O esquema a seguir ilustra o modelo conceptual implementado na Central de Atendimento.



BT: Quais são as outras direcções que colaboram com a CA e em que consiste?

CA: Porque o sistema da CA está projectado de modo a funcionar em níveis de suporte/apoio para um tratamento mais eficiente de chamadas, a solicitação seja de carácter aduaneiro ou impostos internos é encaminhada para a área especializada, a qual é composta por pessoal operacional das diversas áreas da AT (por ex. Contencioso, Normaçoão) que deverá dar resposta à questão e encaminhar ao agente para actualizar o registo no sistema.

Assim temos o apoio e colaboração das seguintes direcções:

- Normaçoão e Contencioso Tributário;
- Normaçoão e Contencioso Aduaneiro;
- Reembolsos;
- Irregularidades do Pessoal e

Anticorrupção – para o tratamento das Denúncias.

BT: Tendo em conta que constitui uma das funções da CA, responder as diversas dúvidas dos contribuintes, de que maneira são solucionadas estas questões?

CA: Estas questões são solucionadas sob várias formas, pois o contribuinte pode usar as facilidades do auto-atendimento, através da navegação pelo menu e opções do IVR (Resposta de Voz Interactiva), assim como a interacção directa com um dos agentes da CA usando o canal de eleição (telefone ou email).

BT: Qual é a mais-valia que a CA pode trazer como contributo para AT e em particular na colecta dos impostos?

CA: Um dos contributos da CA é diminuir o afluxo dos contribuintes às Unidades de Cobrança/BACs que pretendem apenas solicitar esclarecimentos pontuais. **BT**

Serviço de atendimento ao Contribuinte



Central de Atendimento

Ligue:

1266

linhadocontribuinte@at.gov.mz



Central de Atendimento



www.at.gov.mz

Conversas sobre o Imposto

Por: Sérgio Zimba



Pague o Imposto
e ajude Moçambique
a Desenvolver



Eu pago
Imposto